

IGOR PEREIRA PINHEIRO

Promotor de Justiça do MPCE; Especialista, Mestre e Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela ULISBOA; Autor dos livros “Legislação Criminal Eleitoral Comentada” (ed. JusPodivm) e “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral” (ed. Fórum); Coordenador das Pós-Graduações em Compliance/Direito Anticorrupção e Direito Político/Eleitoral da Faculdade CERS; Foi Professor da Escola Superior do MPCE na área de combate à corrupção; Foi Membro do Grupo de Atuação Especial de Defesa ao Patrimônio Público do Ministério Público do Estado do Ceará (GEDPP); Foi Coordenador do Grupo Auxiliar da Procuradoria Regional Eleitoral do Ceará.

ANDRÉ CLARK NUNES CAVALCANTE

*Promotor de Justiça do Estado do Ceará.
Coordenador criminal, controle externo da atividade policial e segurança pública do MPCE. Coautor dos comentários do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais aos projetos de lei anticrime.*

EMERSON CASTELO BRANCO

Defensor Público, Prof.º de Direito Penal e Processo Penal, Doutor em Direito Constitucional e palestrante.

NOVA LEI DO **ABUSO DE AUTORIDADE**



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Nova Lei do Abuso de Autoridade: Comentada Artigo por Artigo

© Igor Pereira Pinheiro, André Clark Nunes Cavalcante e Emerson Castelo Branco

2ª tiragem

J. H. MIZUNO 2020

Revisão: Igor Pereira Pinheiro, André Clark Nunes Cavalcante e Emerson Castelo Branco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P654n Pinheiro, Igor Pereira.

Nova lei do abuso de autoridade: comentada artigo por artigo / Igor Pereira Pinheiro, André Clark Nunes Cavalcante, Emerson Castelo Branco. – Leme, SP: JH Mizuno, 2020.

180 p. : 16 x 23 cm

Inclui bibliografia.

1. Abuso de autoridade – Legislação – Brasil. 2. Direito penal – Brasil. 3. Responsabilidade (Direito) – Brasil. I. Cavalcante, André Clark Nunes. II. Castelo Branco, Emerson. III. Título.

ISBN 978-85-7789-137-5

CDD 345.8102322

Elaborado por Mauricio Amormino Júnior – CRB6/2422

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

JH MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Breve Introdução Sobre a Evolução e Caracterização do Abuso de Poder/Autoridade no Direito Brasileiro	9
--	----------

CAPÍTULO 2

Premissas Constitucionais e Convencionais Necessárias para Uma Correta Interpretação e Aplicação da Nova Lei de Abuso de Autoridade...	15
2.1. A violação ao princípio da taxatividade em alguns crimes de abuso de autoridade	15
2.2. A inconveniência da Lei do Abuso de Autoridade no tocante ao enfraquecimento da independência das instituições que atuam na prevenção e repressão à corrupção e a violação ao princípio da tutela mínima anti-corrupção	31

CAPÍTULO 3

Aspectos Materiais e Processuais Gerais da Nova Lei do Abuso de Autoridade	41
3.1. Âmbito de Incidência: Atos Praticados no Exercício da Função ou Fora Dela, Desde que Valendo-se das Prerrogativas ou Facilidades Inerentes a Mesma	41
3.2. Sujeito Ativo do Crime de Abuso de Autoridade	43
3.3. A Questão da Competência para o Julgamento do Crime de Abuso de Autoridade: Justiça Federal, Estadual e Militar	44
3.3.1. É possível a Justiça Eleitoral Julgar Crime de Abuso de Autoridade?	48
3.3.2. A Competência e o Foro por Prerrogativa de Função	49
3.3.3. Da Imprescindível Comprovação do Dolo Específico para a Caracterização do Crime de Abuso de Autoridade: Uma Válvula de Escape Necessária para Diferenciar o Abuso de Autoridade dos Erros Inerentes à Atividade Humana.....	51
3.3.4. Da Ação Penal	53
3.3.5. Dos Ritos Processuais Aplicáveis aos Crimes de Abuso de Autoridade e seus Conseqüências Legais.....	56

ART. 4 - Efeitos da condenação	62
ART. 5 - Das penas restritivas de direitos	64
ART. 6 - Das sanções de natureza civil e administrativa	68
ART. 7 - Das sanções de natureza civil e administrativa	70
ART. 8 - Das sanções de natureza civil e administrativa	71
ART. 9 - Decretar prisão manifestamente ilegal	73
ART. 10 - Condução coercitiva manifestamente ilegal	78
ART. 11 - (VETADO).	
ART. 12 - Falta de comunicação de prisão	86
ART. 13 - Constrangimento ilegal do preso	94
ART. 14 - (VETADO).	
ART. 15 - Constrangimento a depor	99
ART. 16 - Falta de identificação ao preso	101
ART. 17 - (VETADO).	
ART. 18 - Interrogatório policial durante o repouso noturno	105
ART. 19 - Obstrução ilegal de pleito de preso	109
ART. 20 - Impedimento de entrevista do preso com advogado	112
ART. 21 - Violação à separação de presos	114
ART. 22 - Invasão de domicílio	118
ART. 23 - Inovação artificiosa	122
ART. 24 - Constrangimento para admissão hospitalar de pessoa em óbito	124
ART. 25 - Obtenção ou uso de prova manifestamente ilícita	127
ART. 26 - (VETADO).	
ART. 27 - Requisição ou instauração de procedimento investigatório penal ou administrativo sem qualquer indício	132
ART. 28 - Divulgação de gravação	134
ART. 29 - Prestação de informação falsa	136
ART. 30 - Iniciar ou proceder à investigação sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente	138
ART. 31 - Demora injustificada de investigação	140
ART. 32 - Negativa de acesso aos autos de procedimento investigatório e cópia de documentos	141

ART. 33 - Exigência sem amparo legal.....	148
ART. 34 - (VETADO).	
ART. 35 - (VETADO).	
ART. 36 - Bloqueio exacerbado de ativos financeiros.....	151
ART. 37 - Procrastinação de julgamento mediante pedido de vista	155
ART. 38 - Antecipação de culpa por meio de comunicação social antes de concluída a investigação e formalizada a acusação	158
ART. 39 -	160
ART. 40 -	161
ART. 41 - Violação ao sigilo de comunicação e de dados	162
ART. 42 - Perda do cargo por reincidência em crimes previstos no estatuto da criança e do adolescente	166
ART. 43 - Violar direito ou prerrogativa de advogado.....	168
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	177